



Número: **0602047-68.2022.6.09.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **ANA CLÁUDIA VELOSO MAGALHÃES - Juíza Auxiliar 2**

Última distribuição : **30/08/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0601115-80.2022.6.09.0000**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral, Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Em segredo de justiça (REPRESENTANTE)		JORDANA DA SILVA GOMES (ADVOGADO) LUCAS GUSTAVO AMORIM (ADVOGADO)	
JOICE KARLA RIBEIRO (REPRESENTADA)			
Procurador Regional Eleitoral de Goiás (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37105781	31/08/2022 18:16	Decisão	Decisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

REPRESENTAÇÃO (11541) - AUTOS DE PROCESSO Nº 0602047-68.2022.6.09.0000

CATALÃO - GOIÁS

RELATORA: ANA CLÁUDIA VELOSO MAGALHÃES

REPRESENTANTE: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

ADVOGADO: LUCAS GUSTAVO AMORIM - OAB/GO51836-A

REPRESENTADA: JOICE KARLA RIBEIRO

DECISÃO LIMINAR

Trata-se de **REPRESENTAÇÃO ELEITORAL** apresentada por **GUSTAVO KOPPAN FAIAD SEBBA**, candidato a Deputado Estadual, em face de **JOICE KARLA RIBEIRO - CONTATOS SERVICOS**, ente societário de pesquisa, e da **RÁDIO GUADALUPE LTDA**, forte no art. 16 da Resolução TSE n.º 23.600/2019.

Afirma o autor que a pesquisa eleitoral n.º GO-04228/2022 foi registrada no dia 25/08/2022 e possui data de divulgação em 31/08/2022.

Relata que existem candidatos que não constaram no formulário aplicado aos entrevistados, o que contraria a legislação eleitoral. Aponta também que faltou indicar, no registro, a localidade onde foi realizada a pesquisa, notadamente os bairros abrangidos.

Requer, dentre outros pedidos, a outorga de tutela provisória de urgência consistente na suspensão de divulgação do resultado da referida pesquisa.

SUFICIENTEMENTE RELATADOS

FUNDAMENTO E DECIDO



Compete a esta Justiça Eleitoral, como órgão fiscalizador das pesquisas eleitorais, primar pela preservação da higidez e lisura do processo eleitoral, impedindo a violação às normas vigentes.

O magistrado, ao realizar a cognição sumária - a fim de outorgar ou não a medida de urgência -, deve, necessariamente, analisar se a inicial expõe, de forma completa, a probabilidade de êxito do direito invocado (*fumus boni iuris*), bem como a existência de um dano iminente ou risco ao resultado útil ao processo (*periculum in mora*).

Nesse sentido:

A tutela cautelar é concedida mediante cognição sumária, diante da mera probabilidade de o direito material existir. Trata-se da exigência do fumus boni iuris, que para parcela significativa da doutrina significa que o juiz deve conceder tutela cautelar fundada em juízo de simples verossimilhança ou de probabilidade, não se exigindo um juízo de certeza, típico da tutela definitiva. Trata-se de exigência decorrente da própria urgência presente na tutela cautelar, que não se compatibiliza com a cognição exauriente típica dos processos/fases de conhecimento, que naturalmente demandam um tempo para seu desenvolvimento incompatível com a realidade cautelar. (ASSUMPÇÃO NEVES, Daniel Amorim. Manual de Direito Processual Civil – volume único. 10ª ed. Salvador: Editora JusPodvm, 2018, p. 543)

Os pressupostos da tutela de urgência estão dispostos no art. 300 do Estatuto Processual Civil, *verbis*:

"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".

No tocante aos dados necessários para registro de uma pesquisa eleitoral, estabelece a legislação:

Resolução TSE n.º 23.600/2019.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro do ano da eleição, as entidades e as empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou às candidatas e aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), até 5 (cinco) dias antes da divulgação, as seguintes informações (Lei nº 9.504/1997, art. 33, caput, I a VII e § 1º): (...)

II - valor e origem dos recursos despendidos na pesquisa, ainda que realizada com recursos próprios;

IV - plano amostral e ponderação quanto a gênero, idade, grau de instrução, nível econômico da pessoa entrevistada e área física de realização do trabalho a ser executado, bem como nível de confiança e margem de erro, com a indicação da fonte pública dos dados utilizados;

§ 7º A partir do dia em que a pesquisa puder ser divulgada e até o dia seguinte, o registro deverá ser complementado, sob pena de ser a pesquisa considerada não registrada, com os dados relativos:

III - nas demais, aos municípios e bairros abrangidos, observando-se que, na ausência de



delimitação do bairro, será identificada a área em que foi realizada;

Art. 3º A partir das publicações dos editais de registro de candidatas e candidatos, os nomes de todas as candidatas e de todos os candidatos cujo registro tenha sido requerido deverão constar da lista apresentada às pessoas entrevistadas durante a realização das pesquisas.

Compulsando os autos e analisando, sumariamente, os dados constantes na Pesquisa Eleitoral documentada sob o número GO-04228/2022 (ID 37105404), percebe-se que o registro poderá ser complementado até o dia posterior ao permitido para sua divulgação, qual seja dia 01/09/2022, com os dados relativos aos bairros submetidos à pesquisa. Nesse ponto, portanto, ainda não há irregularidades.

Todavia, não consta do registro indicação da origem dos recursos despendidos na pesquisa, ainda que realizada com recursos próprios, nos termos do inciso II do art. 2º da Resolução 23.600/2019.

Sobre o formulário aplicado aos entrevistados, constante do documento de ID 37105403, a legislação eleitoral prevê que, após o registro de candidaturas deve constar na pesquisa eleitoral todas as candidatas e todos os candidatos.

Constam do formulário apenas 06 (seis) nomes de candidatos a Deputado Federal e 4 (quatro) a Deputado Estadual, sendo que disputam os cargos 385 e 791 candidatos, respectivamente.

Assim, em análise perfunctória, típica dos pedidos liminares, percebe-se que houve transgressão do disposto no art. 2º, inciso II e art. 3º, ambos da Resolução TSE n.º 23.600/2019, considerando-se: 1) a falta de identificação da origem dos recursos; e 2) a omissão quanto aos demais candidatos aos cargos de Deputado Federal e Estadual. Portanto, entendo presente o **fumus boni iuris** para a concessão da medida de urgência.

Por conseguinte, o **periculum in mora**, de igual forma, está configurado, haja vista a iminência da divulgação do resultado da pesquisa eleitoral.

Ante o exposto, **DEFIRO** a tutela de urgência, **suspendendo a divulgação** da pesquisa eleitoral registrada sob o número GO-04228/2022, até ulterior deliberação.

ADVIRTO os Representados de que, em caso de descumprimento da ordem judicial, incidirá multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo a outras sanções.

CITEM-SE com **urgência** os Representados, para que cumpram a ordem judicial e apresentem defesa, caso queiram, no prazo de 2 (dois) dias, por força do art. 18, *caput*, da Resolução TSE n.º 23.608/2019.

Apresentada a defesa ou decorrido o prazo respectivo, **intime-se** a douta Procuradoria Regional Eleitoral para que, no prazo de 01 (um) dia, ofereça parecer (art. 19, Resolução TSE n.º 23.608/2019).

Decorrido lapso deferido no item anterior, com ou sem parecer, conclusos para julgamento (art. 20, Resolução TSE n.º 23.608/2019).



Os autos foram autuados equivocadamente sob sigilo, não havendo causa que justifique a restrição da publicidade. Ordeno a supressão **do caráter sigiloso**.

Publique-se. Intimem-se.

À Secretaria Judiciária para providências.

Goiânia, na data da assinatura digital.

ANA CLÁUDIA VELOSO MAGALHÃES

Relatora

